

Oposição renuncia ao Conselho de Ética

Senadores opositores pretendem apresentar alternativa à proposta de simples extinção do colegiado, em exame na CCJ

Alegando falta de legitimidade do Conselho de Ética para decisões sobre possíveis quebras de decoro parlamentar, o PSDB e o DEM anunciaram ontem a saída de seus representantes do colegiado. No Plenário, José Agripino, Arthur Virgílio e Demostenes Torres debateram alternativas à extinção do conselho, prevista em projeto que tramita na Comissão de Justiça. A intenção é instituir uma paridade entre os partidos na escolha dos membros. **4 e 5**



Sarney reúne-se com líderes partidários em busca de entendimento para organizar a pauta de votações

Plenário retoma votações e aprova 11 propostas

Protocolo de Assunção, que reforça proteção aos direitos humanos no Mercosul, foi um dos acordos internacionais examinados pelo Senado. MP da ajuda aos municípios ainda não chegou à Casa

Duas programações monetárias do Executivo e nove acordos internacionais foram aprovados pelo Plenário. As votações aconteceram depois de uma reunião do presidente da Casa, José Sarney, com líderes par-

tidários. Quatro partidos não compareceram ao encontro: PT, PSDB, DEM e PSOL. Com isso, foram votadas apenas matérias consensuais. A MP de ajuda aos municípios não chegou a tempo de ser incluída na pauta. **3**

Refinaria deve custar três vezes mais que o previsto

Contestando relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria de Pernambuco, Glauco Legatti, negou a existência de superfa-

turamento nas obras da refinaria. Ele afirmou, porém, que o custo estimado desses investimentos, que inicialmente era de US\$ 4 bilhões, aumentou para cerca de US\$ 12 bilhões. **5**



Senadores acolhem também facilidades na regularização das dívidas do Fies

Comissão aprova criação da Universidade da Fronteira Sul

A Comissão de Educação do Senado aprovou ontem, em decisão terminativa, proposta que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede em Chapecó (SC) e campi

em cinco cidades. Outra proposta acolhida pela comissão prevê a oferta de curso pré-vestibular gratuito em estabelecimentos públicos de ensino médio. **8**

Descarte de embalagem de produto veterinário

Consumidores serão obrigados a devolver a fabricantes embalagens de produtos veterinários que contenham pesticidas, conforme projeto aprovado pela Comissão de Meio Ambiente. **7**

Influência da França é lembrada em sessão especial

Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade são parte do legado francês para os brasileiros, disseram senadores em sessão que comemorou o Ano da França no Brasil. **2**



Glauco Legatti (E), Marcelo Crivella, João Pedro, Romero Jucá e Sérgio Arantes durante audiência na CPI da Petrobras



Waldemir Barreto

Brasil quer levar à COP 15 resultado "ambicioso"

A redução do desmatamento terá grande peso no leque de ações a ser ofertado pelo Brasil na 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-15), a ser realizada em Copenhague, em dezembro.

Segundo o embaixador extraordinário para a Mudança do Clima, Sérgio Barbosa Serra, representante do Ministério das Relações Exteriores em audiência na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, o potencial de redução de emissões de gases do efeito estufa do Plano Nacional de Mudança do Clima é "substancial". A presidente da comissão, Ideli Salvatti (PT-SC), destacou o anúncio de que as compensações econômicas serão trabalhadas "de forma contundente", e a informação de que a posição dos Estados Unidos pode não ser levada à COP-15, já que o projeto sobre a questão ainda não foi votado pelo Senado do país. "Isso nos obriga a acelerar as nossas votações", disse.

Serys condena exportação de lixo para o Brasil

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou em discurso que os brasileiros precisam aumentar a vigilância nos portos, pois a cada dia torna-se mais claro que existe um "tráfico internacional de lixo" dos países ricos para África, Ásia e América Latina. A parlamentar elogiou a atuação do Ministério do Meio Ambiente no episódio da entrada de 40 contêineres de lixo oriundos da Inglaterra, destinados ao Rio Grande do Sul. O lixo está em processo de devolução e, na Inglaterra, já houve prisões por conta da fraude.

Serys considerou inaceitável que o Congresso esteja há 18 anos discutindo uma legislação eficiente de controle de resíduos poluentes.

— Os brasileiros produzem 60 milhões de toneladas de lixo por ano, que recebem insuficiente atenção e cuidado. Vamos impedir a entrada de lixo estrangeiro, mas também vamos tratar melhor o lixo gerado aqui mesmo.



Senadora alerta para existência de "tráfico internacional" de resíduos

A grande influência da nação francesa sobre vários países foi destacada ontem no Plenário, durante sessão especial em comemoração do Ano da França do Brasil

Senadores lembram legado da França para os brasileiros

A FORTE INFLUÊNCIA dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade em vários países e a importância dos valores culturais franceses para os brasileiros foram destacadas ontem em Plenário durante sessão especial em comemoração ao Ano da França no Brasil e à ação das Alianças Francesas como agentes de difusão cultural no país.

A sessão foi realizada a requerimento do senador Adelmir Santana (DEM-DF). O vice-presidente do grupo parlamentar Brasil-França, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), mencionou a democracia como um dos principais legados daquele país.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou que, se hoje a população vive em uma sociedade mais justa, democrática e cidadã, isso se deve ao fato de que o Brasil absorveu muito dos ideais criados na França. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Ex-

teriores, lembrou que não são razões meramente econômicas ou oportunistas que levaram à realização das comemorações do Ano da França no país.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) ressaltou que as relações entre os dois países "são mais espirituais e culturais". Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que "o Brasil nasceu em Portugal, mas estudou na França", pois o pensamento brasileiro foi influenciado pelos franceses. Mão Santa (PMDB-PI) observou que a herança brasileira é, em grande parte, francesa. Romeu Tuma (PTB-SP), que presidiu a sessão especial, também destacou a forte ligação cultural com aquele país.

Participaram da sessão a conselheira cultural-adjunta da França, Chantal Haage; o delegado-geral da Aliança Francesa no Brasil, Yann Lorvo; e a diretora dessa instituição em Brasília, Pascale Hualpa.



Yann Lorvo, Tuma, Crivella, Pascale Hualpa, Chantal Haage e Azeredo, na tribuna

Palestras debatem o Legislativo e a política exterior

O Parlamento representa um papel fundamental nas relações internacionais, apesar de essa importância variar de país para país, afirmou o professor da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Rio Branco, Amado Luiz Cervo, durante a palestra "A política exterior das assembleias legislativas: Apoio ou contra-apoio do Executivo".

O evento foi realizado ontem, no Interlegis, como parte das comemorações do Ano da França no Brasil.

A palestra foi aberta pelo ministro-conselheiro da embaixada da França, Xavier Lapeyre de Cabanes. Ele destacou que somente os membros do Executivo, entre eles os diplomatas, estão autorizados a falar em nome do Estado e a assinar acordos internacionais. Porém, o Parlamento tem papel decisivo à medida que tem como prerrogativas produzir leis e controlar as ações do Executivo.

Dupla apresenta performance com escalada e sons

O espetáculo *Les Urbanologues Associés*, da companhia francesa Lézards Bleus, foi um dos eventos promovidos ontem pelo Senado Cultural, em parceria com a Aliança Francesa e a embaixada da França em comemoração ao Ano da França no Brasil.

Dezenas de pessoas presenciaram a performance interativa do "homem-aranha" Antoine le Menestrel, que transformou a fachada do edifício do Interlegis em um verdadeiro palco vertical. Escalando e descendo o prédio, pulando e dançando no ar, Menestrel apresentou uma mescla de humor, acrobacias e mímica. Foram cerca de 40 minutos de exibição, acompanhados pelo outro integrante da dupla, o maestro Jean-Marie Madde-ddu, musicista especialista na linguagem sonora e visual, que interagia com o público e com o colega por meio de sons de flauta, de baquetas e com um tipo de ocarina.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão deliberativa

A sessão deliberativa tem início às 14h. Na pauta, como primeiro item, projeto que protege o consumidor penalizando a substituição ou retirada de peças e componentes nas oficinas automotivas, sem autorização do fornecimento de serviços.

Agenda do presidente

O presidente José Sarney recebe o presidente do Senado do Paraguai, Miguel Carrizosa, às 11h30. Às 16h, Sarney preside a ordem do dia, no Plenário.

CCJ e CCT debatem reforma eleitoral

Parlamentares debatem, às 9h, a reforma eleitoral aprovada pela Câmara dos Deputados, que disciplina o uso da internet na campanha para as eleições do próximo ano. Esse será o terceiro debate promovido pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre o assunto.

Desenvolvimento turístico da região do Meio Norte

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza, às 9h, audiência sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte, no Nordeste, com representantes dos ministérios da Integração Nacional, do Turismo, do Meio Ambiente, dos Transportes e das Minas e Energia, entre outros.

Créditos orçamentários

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) realiza, às 14h30, reunião deliberativa. Na pauta, seis projetos que abrem créditos no Orçamento da União.

CCT discute radiodifusão comunitária

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) debate, às 10h, a radiodifusão comunitária e educativa, diante do descumprimento de normas legais que regulam a execução dos serviços. Entre os convidados, Marcelo Bechara, consultor jurídico do Ministério das Comunicações; Edilson Ribeiro dos Santos, superintendente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); e Marcelo Cordeiro, vice-presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (Abratel).

Piso salarial para agentes de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne às 11h para analisar o projeto que garante aos filhos de portadoras do vírus HIV o direito de receber leite especial para evitar o contágio. Entre os 14 itens da pauta, projeto que fixa o piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

CRE recebe paraguaios

Parlamentares da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebem, às 16h, o presidente do Senado do Paraguai, Miguel Carrizosa, e delegação.

Comissões analisam endividamento rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) participa, às 14h30, de debate promovido pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados sobre o endividamento de produtores rurais brasileiros. A reunião contará com as presenças dos presidentes da Organização das Cooperativas Brasileiras, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Entre os textos votados, está o Protocolo de Assunção, que reforça a proteção aos direitos humanos no âmbito do Mercosul

Senado aprova 11 matérias consensuais

O Plenário do Senado retomou ontem as votações, mas apenas de matérias consensuais. A ordem do dia foi conduzida pelo presidente da Casa, José Sarney. Embora o PSDB e o DEM não tenham participado da reunião de líderes pela manhã, na qual foi decidida a pauta, aceitaram votar 16 propostas, na maioria acordos internacionais,

como o que trata de direitos humanos no Mercosul. O PT e o PSOL também não estiveram no encontro. Compareceram à reunião o PMDB, o PDT, o PR e membros do PSB.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), o Senado atravessa “uma fase que não é de normalidade”. Isso, em sua opinião, até justificaria a paralisação total da atividade

parlamentar. O senador observou, no entanto, que a oposição enviaria à liderança do governo a lista dos projetos com os quais concorda votar, como, por exemplo, a Medida Provisória 462/09, que dispõe sobre o apoio aos municípios atingidos pela perda de arrecadação resultante da crise financeira. A MP, porém, ainda não chegou ao Senado.

Oposição deixa de comparecer à reunião de líderes

O PSDB e o DEM não participaram da reunião de líderes com o presidente do Senado, José Sarney. Pouco antes do início do encontro, Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, anunciara em Plenário que não se sentia à vontade para participar da reunião.

De acordo com Osmar Dias (PDT-PR), que falou à imprensa logo após o encontro, participaram, além do PDT, membros do PSB, PMDB e PR. O PT e o PSOL também não estiveram presentes.

A falta de quórum fez com os senadores acordassem votar, na sessão deliberativa de ontem, apenas matérias de consenso, como decretos legislativos, acordos internacionais e requerimentos.

A oposição manifestara disposição para votar a Medida Provisória 462/09, de apoio aos municípios que perderam arrecadação em virtude da crise financeira, mas a MP ainda está na Câmara dos Deputados.

Programação monetária do 2º trimestre é acatada

Um dos projetos aprovados ontem em Plenário é o que dispõe sobre a programação monetária relativa ao segundo trimestre deste ano, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em março.

A proposição (PDS 611/09), com parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatada por Romero Jucá (PMDB-RR), prevê que a queda do produto interno bruto (PIB) da economia mundial persistirá no decorrer deste ano.

De acordo com o Banco Central, a economia brasileira também registrou queda acentuada do PIB no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro, interrompendo um ciclo de crescimento.

A programação monetária do terceiro trimestre, enviada pelo Executivo na forma do PDS 612/09, também foi aprovada ontem.

“Esse resultado refletiu desempenhos negativos em todos os componentes do PIB, à exceção do setor de serviços, na análise sob a ótica da produção”, observou Jucá, também relator da matéria na CAE.



José Sarney, entre Mão Santa (E) e Eduardo Suplicy, conduz a ordem do dia do Plenário, que acolhe as programações monetárias do segundo e terceiro trimestres

Acordo amplia cooperação entre o Brasil e a França

A criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa é o que estabelece protocolo de cooperação entre o Brasil e a França, assinado em 25 de maio de 2006, em Brasília, e aprovado ontem pelo Plenário, com base no Projeto de Decreto Legislativo 391/09.

O acordo institui o Conselho de Orientação Interministerial, sob a coordenação dos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, pela parte do Brasil, e dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional, do Ensino Superior e da Pesquisa, pela França.

Cooperação com o Equador na área de defesa

O texto do acordo celebrado entre o Brasil e o Equador sobre cooperação no domínio da defesa, assinado em Brasília, em abril de 2007 (PDS 398/09) foi relatado por Arthur Virgílio (PSDB-AM) na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O acordo estabelece regras gerais, como o compartilhamento de conhecimento nas áreas de ciência e tecnologia; iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de defesa; e implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia nesse setor.

Proteção aos direitos humanos no Mercosul

Firmado em 2005, o Protocolo de Assunção – compromisso com a proteção dos direitos humanos entre os países integrantes do Mercosul – foi confirmado pelo Plenário, com a aprovação do PDS 486/09. O acordo preconiza que a vigência das instituições democráticas e o respeito pelos direitos humanos são condições essenciais ao processo de integração entre os países signatários. O protocolo será aplicado em casos de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos e liberdades fundamentais, se o país envolvido estiver em situação de crise institucional ou em estado de exceção.

Dispensa de visto entre o país e El Salvador

Os senadores aprovaram ontem o Projeto de Decreto Legislativo 392/09, que ratifica acordo entre o Brasil e El Salvador sobre isenção de vistos em passaportes comuns, assinado em Brasília, em julho de 2007.

O acordo bilateral trata da isenção de vistos para fins de turismo e negócios por um período de até 90 dias, prorrogáveis até um total de 180 dias por ano, contados a partir da data de entrada. Essas pessoas ficam livres para entrar, transitar e sair do território de qualquer um dos dois países.

Mudança ajusta texto a futuras alterações

O texto que modificou o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, segundo exposição de motivos do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, objetiva adequar o acordo a futuras alterações no número de países integrantes do Mercosul. Relatada por Pedro Simon (PMDB-RS), a matéria (PDS 400/09) recebeu parecer favorável da CRE e da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. O texto com as modificações foi assinado no Rio de Janeiro, em 2007.

Dependente de pessoal diplomático e consular

Acordo entre Brasil e Hungria sobre o exercício de atividades remuneradas por dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, assinado em Brasília, em 2005, foi aprovado ontem pelos senadores, mediante o Projeto de Decreto Legislativo 489/09.

O exercício da atividade remunerada está condicionado a prévia autorização do governo local, por meio de pedido formulado pela embaixada do país ao Ministério das Relações Exteriores do Estado autorizado.

Benefício a negócios com o Cazaquistão

O Projeto de Decreto Legislativo 394/09, que acolhe o acordo sobre comércio entre o Brasil e o Cazaquistão, celebrado em 2007, foi aprovado ontem pelo Plenário. O objetivo do acordo é promover o comércio bilateral, segundo exposição do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Com esse acordo, o Cazaquistão estenderá o tratamento de nação mais favorecida (NMF) e o princípio da não discriminação às importações brasileiras, o que, até o momento, não é obrigatório, pois não faz parte das normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Adicional prevê mecanismo de solução de controvérsias

O protocolo adicional que acrescenta mecanismo de solução de controvérsias ao Acordo de Complementação Econômica 58, da Associação Latino-Americana de Integração, foi relatado por Inácio Arruda (PCdoB-CE) na CRE. O acordo de complementação econômica, assinado entre os países do Mercosul e o Peru, já foi incorporado ao ordenamento jurídico do Brasil. Pelo protocolo adicional, celebrado em Montevidéu, em 2005, ficam estabelecidas soluções para divergências que surgirem em relação à interpretação, aplicação ou descumprimento das disposições do acordo.

Norma sobre faixa de fronteira com Paraguai

O Senado acolheu o Projeto de Decreto Legislativo 510/09 que ratifica o texto adicional de acordo para o estabelecimento de uma faixa *non aedificandi* em zonas urbanas da faixa fronteira entre o Brasil e o Paraguai, firmado na cidade de Assunção, em 2008.

A área denominada *non aedificandi* é definida como a faixa ao lado das rodovias e ferrovias na qual incide limitação administrativa imposta aos proprietários, que ficam obrigados a deixar um recuo obrigatório de alguns metros sem nenhuma construção.



Senador indaga qual o critério do governo para cancelar dotações

César Borges critica corte de emendas ao Orçamento

César Borges (PR-BA) protestou da tribuna contra a “falta de critérios” do governo federal no corte das emendas parlamentares ao Orçamento da União deste ano. O senador lamentou que as emendas estejam sendo “simplesmente canceladas sem nenhum tipo de aviso, sem nenhuma explicação e muito menos sem guardar qualquer bom senso”.

— O Congresso Nacional se esmera, durante meses, para elaborar aqui a Lei Orçamentária da União, a partir de um projeto oriundo do Executivo. Há relatores setoriais, e todos nós nos esforçamos, com a ajuda da Consultoria da Casa; há coordenadores de bancada, emendas coletivas de bancada. E essas emendas, depois, são simplesmente cortadas. Qual é o critério? O que preside o critério do corte dessas emendas? — indagou o parlamentar.

Mesquita Júnior faz apelo por pequeno produtor do Acre

Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público para que seja determinada a proibição expressa e terminativa das queimadas no processo produtivo rural do Acre foi criticada por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). O senador informou ter participado, em Sena Madureira (AC), de audiência sobre o assunto com mais de 600 pequenos produtores rurais.

Ele explicou que a proibição será implantada em etapas até 2012, ficando os governos estadual e federal responsáveis por promover as ações necessárias para que os pequenos produtores possam substituir o processo de queima por outro.

— O Ministério Público e a Justiça Federal pretendem que ocorra em dois anos o que não foi feito durante 12 anos em termos de parceria do governo do estado com os pequenos produtores — lamentou.



Mesquita Júnior: preocupação com proibição de queimadas no estado

José Agripino afirma que senadores renunciaram por não verem no colegiado legitimidade para julgar; Arthur Virgílio aponta “vícios” no colegiado; senadores recorrem ao Supremo contra arquivamento de representações

Partidos da oposição deixam o Conselho de Ética

O DEM e o PSDB anunciaram ontem a saída dos seus representantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O líder do Democratas, senador José Agripino (RN), disse que integrantes do partido renunciaram por não verem ali legitimidade para decidir sobre possíveis quebras de decoro parlamentar. Ele criticou o arquivamento das representações contra o presidente do Senado, José Sarney.

Na última quarta-feira, o colegiado decidiu pelo arquivamento de recursos protocolados por partidos contra o arquivamento de 11 acusações contra Sarney e contra o arquivamento de uma representação contra o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

Virgílio disse em Plenário que o Conselho de Ética, da forma como está constituído, encontra-se cheio de “vícios”. A oposição pretende apresentar hoje à Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um substitutivo ao projeto de resolução (PRS 15/03) do senador Tião Viana (PT-AC) que propõe a extinção do colegiado.

Pela proposta, ainda em estudo, o conselho seria formado pelo critério da paridade, com cada partido indicando apenas um integrante; a participação dos suplentes seria vedada, entre outros pontos.

Com a saída dos membros titu-

lares e suplentes do DEM — Demostenes Torres (GO), Heráclito Fortes (PI), Eliseu Resende (MG), Antonio Carlos Júnior (BA), Rosalba Ciarlini (RN) e Maria do Carmo Alves (SE) — e do PSDB — Marisa Serrano (MS), Sérgio Guerra (PE) e Arthur Virgílio —, o Conselho de Ética passa a ser composto por oito membros titulares e nove suplentes, entre representantes da maioria, do Bloco de Apoio ao Governo e do PDT.



ACM Júnior é relator da proposta na Comissão de Justiça

ACM Júnior propõe limitações a suplentes

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) declarou ontem que uma das propostas em exame é a de que o membro titular do Conselho de Ética só poderá ser um senador suplente caso tenha assumido definitivamente o mandato, em caso de morte ou renúncia. Antonio Carlos é o relator do projeto de resolução de Tião Viana que extingue o Conselho de Ética e está em

tramitação na CCJ. — Se o suplente tiver assumido em caso de licença de senador, não poderá integrar o conselho — explicou o relator.

Essa proposta vale no caso de o projeto de Tião Viana receber substitutivo para mudança nos critérios de composição do colegiado. Essa é a proposta do partido Democratas, segundo a qual o membro titular do con-

selho deverá ser escolhido por indicação do líder do partido, que terá direito a uma vaga, independentemente do tamanho da bancada.

Além disso, para ser membro do colegiado, o senador não poderia estar incurso em processo criminal por improbidade administrativa, nem ter suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Virgílio anuncia apresentação de projeto para mudar conselho

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem que a bancada do partido encarregou a senadora Marisa Serrano (MS) de preparar um projeto de resolução para alterar o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Para ele, não é justo manter as normas atuais, onde maiorias parlamentares podem

decidir politicamente denúncias de quebra de decoro.

— O objetivo é dar caráter de legitimidade ao conselho, que, a meu ver, está eivado de ilegitimidades — afirmou.

O senador disse ter dúvidas se não seria melhor extinguir o Conselho de Ética e voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o exame

de denúncias e representações contra senadores por quebra de decoro. Ele comunicou ao Plenário que, por isso, os senadores do seu partido decidiram renunciar ao mandato no Conselho de Ética.

Arthur Virgílio afirmou ainda que o Senado atravessa “uma fase que não é de normalidade”, que, em sua opinião,

até justificaria a paralisação total da atividade parlamentar. Observou, no entanto, que a oposição enviaria à liderança do governo a lista dos projetos com os quais concorda votar.

Ontem, PSDB e DEM aceitaram votar 16 propostas, em sua maioria projetos de decreto legislativo que tratam de acordos internacionais.



Demostenes critica composição de colegiado, enquanto José Agripino cobra estabelecimento do contraditório e Virgílio (também ao microfone) defende mudanças



Agripino, Virgílio e Demostenes debatem papel do órgão

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), anunciou em Plenário os motivos da saída dos representantes de seu partido do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O anúncio gerou um pequeno debate sobre o papel do conselho, no qual falaram também Arthur Virgílio (PSDB-AM), Demostenes Torres (DEM-GO) e Mão Santa (PMDB-PI).

Agripino afirmou que a decisão para retirar os membros do partido do conselho foi tomada em reunião de bancada, como resultado de um “desconforto absoluto” de seus integrantes. O líder afirmou que os senadores do DEM queriam o estabe-

lecimento do contraditório no colegiado, com manifestações da acusação e da defesa, mas o que se viu, no caso do arquivamento das representações contra o presidente do Senado, José Sarney, foi a “prevalência da aritmética, não da ética”.

— Nossa presença significa coonestar o processo. Para não fazer isso, estamos nos retirando deste Conselho de Ética — afirmou o líder do DEM, ressaltando que essa postura partidária não deve ser vista como uma contribuição para que o conselho fique vago ou ineficaz.

O líder do DEM informou que o partido irá apresentar uma

proposta para que o órgão passe a ter, em sua composição, um representante de cada partido com assento na Casa. Assim, afirmou o senador, o conselho deixa de ter maioria de determinado partido e poderá discutir a ética, deixando de ser uma questão de aritmética, ou seja, do número de integrantes de cada partido, para ser “uma questão de argumento e comprovação”.

José Agripino lembrou a situação do líder do PT, senador Aloizio Mercadante (SP), que terminou em conflito com sua bancada porque “não teve condição de sintonizar” o pensamento do governo com o da

bancada.

Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio — que foi absolvido, no conselho, da acusação de ter permitido que um funcionário de seu gabinete fizesse um curso na Europa sem deixar de receber os salários pagos pelo Senado —, lembrou que a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) também irá apresentar um anteprojeto para a reforma do conselho. Demostenes Torres reiterou a opinião sobre a inutilidade de um conselho de ética que tem maioria e minoria. Na presidência da sessão, Mão Santa sugeriu que a comissão que trata da reforma do Regimento do Senado debata o assunto.



Legatti (E), Crivella, João Pedro (presidente da CPI), Delcídio e Sérgio Arantes

Gerente da Petrobras nega superfaturamento em refinaria

Contestando relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria de Pernambuco, Glauco Legatti, negou a existência de superfaturamento nas obras dessa unidade. Ele afirmou, porém, que o custo estimado dos investimentos, inicialmente de US\$ 4 bilhões, aumentou para cerca de US\$ 12 bilhões. O gerente fez essas declarações perante a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades na Petrobras.

Ao justificar a diferença nas estimativas, Glauco Legatti argumentou que a primeira, de US\$ 4 bilhões, foi calculada “na fase conceitual” do empreendimento e que diversos fatores provocaram o aumento desse valor.

Enquanto os senadores da oposição criticaram o aumento da estimativa, os governistas apoiaram tanto Glauco Legatti como o outro funcionário da Petrobras ouvido ontem pela CPI, o gerente de Engenharia de Custos e Estimativas de Prazos, Sérgio Arantes.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que a variação de US\$ 4 bilhões para US\$ 12 bilhões

“muda totalmente o cálculo de viabilidade econômica do empreendimento”. Já Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou o fato de a refinaria ser construída sobre “solo mole”. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) fez vários questionamentos sobre as razões que levaram ao aumento do custo estimado.

Por outro lado, Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que “os números atuais são absolutamente condizentes com o preço do barril de petróleo”. Ideli Salvatti (PT-SC), por sua vez, lembrou que há quase 30 anos não se constrói uma refinaria no país e que, neste momento, está prevista a construção de três — em Pernambuco, Ceará e Maranhão. Inácio Arruda também defendeu a estatal.

TCU

Lembrando o documento do TCU sobre irregularidades nas obras em Pernambuco, Alvaro Dias (PSDB-PR) declarou que “esse relatório é taxativo” e que o auditor responsável pelo documento não faria recomendações irresponsavelmente. O auditor responsável pelo relatório será convidado a depor na CPI da Petrobras, em audiência na próxima terça-feira.



Suplicy insiste no pedido de renúncia; Heráclito diz que cartão vermelho deve ser dado a Lula; Almeida Lima considera vazias as denúncias



Suplicy pede a Sarney que renuncie; Heráclito rebate

Um cartão vermelho e acusações marcaram ontem o pronunciamento em que Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que renuncie ao cargo. Imitando o gesto dos juizes de futebol quando expulsam um jogador, Suplicy mostrou simbolicamente um cartão vermelho a Sarney, que não estava presente.

A atitude levou o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) a acusá-lo de não estar sendo sincero, sugerindo que apresentasse o cartão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “o verdadeiro responsável por esta crise”. Os ânimos se exaltaram.

Na avaliação de Suplicy, a renúncia de Sarney faria com que o Senado funcionasse normalmente e poderia garantir a imparcialidade das apurações relativas às denúncias, que, para ele, ainda não foram satisfatoriamente explicadas. O senador do PT ressaltou que o arquivamento das representações no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não resolveu todas as dúvidas.

— O Senado já sofreu desgaste incalculável com o arrastar dessa situação. A Casa está paralisada há meses. As grandes questões nacionais não são discutidas. Parlamentares e partidos políticos estão derretendo frente à opinião pública. Ainda não conseguimos votar uma proposição importante neste segundo semestre no Plenário do Senado e não se vislumbra como será possível isso acontecer enquanto não for resolvida a questão relativa ao presidente José Sarney — observou.

Heráclito Fortes afirmou que o presidente Lula “invadiu o campo do Senado e deu cartão amarelo para o líder do seu partido”, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O senador José Nery (PSOL-PA) elogiou, em aparte, a coragem e a coerência de Suplicy e ponderou que a abertura de processos no Conselho de Ética não significa a condenação.



Mozarildo Cavalcanti comenta artigo publicado em O Globo

Mozarildo destaca artigo de Merval Pereira

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comentou artigo intitulado “Suplantando o Congresso”, publicado no último dia 22 e escrito pelo jornalista e articulista do jornal O Globo Merval Pereira. No artigo, o jornalista afirma que uma das razões para a “permanente crise que vive o Congresso é a maneira como o governo encaminha os principais temas políticos, retirando os parlamentares da discussão da maioria deles”.

“Ou o assunto é encaminhado através de medida provisória ou discutido diretamente com as centrais sindicais e organizações da dita sociedade civil”, resalta o articulista, ao que Mozarildo observou: “Como se os partidos não fossem organizações da sociedade civil, como se a atividade parlamentar não fosse uma atividade da sociedade civil”.

O parlamentar prosseguiu lendo o artigo, segundo o qual o presidente Lula já disse ser impossível governar sem as medidas provisórias.

Almeida Lima questiona declarações de Cristovam

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) contestou afirmação de Cristovam Buarque (PDT-DF), que voltou a criticar o arquivamento das representações contra o presidente do Senado encaminhadas ao Conselho de Ética.

Em aparte a Eduardo Suplicy, Cristovam afirmou ter ficado surpreso com a argumentação apresentada por Almeida Lima para defender Sarney no Conselho de Ética. Na opinião de Cristovam, seria correto o acatamento das denúncias, uma vez que o presidente do Senado teria condições de se defender das acusações, as quais seriam analisadas pelos senadores.

Cristovam disse não entender por que Sarney e seus aliados não deixaram o Conselho de Ética investigar as denúncias, de modo que todas as explicações de Almeida Lima fossem apresentadas lá, incocentando o presidente do Senado. Ele disse que o símbolo do cartão vermelho dado por Suplicy a Sarney poderá ser usado pelos brasileiros a partir de hoje.

— O senador Cristovam tem tido um jeito especial de acusar e agredir o Senado em seus pronunciamentos. Ele falta com a verdade e está sendo insincero. Ele não está com os ouvidos abertos para ouvir explicações de quem quer que seja. Sua excelência tem o propósito de denegrir a imagem do presidente José Sarney e de enxovalhar o Senado — apontou Almeida Lima.

Ele disse que os senadores precisam respeitar a instituição de que fazem parte e voltou a reiterar que as representações contra Sarney não poderiam ter sido acolhidas pelo Conselho de Ética.

— Não devemos admitir esse tipo de comportamento. Dizer que a representação poderia ser aceita não é verdade. Ele [Cristovam] está pronto para ouvir e dizer que não ouviu, entender e dizer que não entendeu, para que o Senado continue a sangrar.

Prefeitos do Paraná querem melhor partilha de tributos

Acompanhados de Osmar Dias (PDT-PR), dezenas de prefeitos do Paraná pediram na manhã de ontem ao presidente do Senado, José Sarney, que a Casa vote o mais rápido possível proposta de emenda à Constituição (PEC 55/05) que propicia o que eles definem como melhor partilha dos tributos federais. Sarney prometeu que submeterá o assunto à Mesa diretora.

— Apresentei essa PEC a pedido da Associação dos Municípios do Paraná, para obrigar a União a repassar 10% para os estados e 10% para os municípios do total da arrecadação anual sobre as contribuições sociais. Com isso, o Fundo de Participação dos

Municípios (FPM) ganhará mais R\$ 25 bilhões, o que fará justiça aos 5 mil e 500 municípios brasileiros que, desde a Constituição de 1988, vêm sendo sufocados por tarefas que não tinham antes — explicou o senador.

Segundo Osmar Dias, até as despesas com transporte escolar, antes de responsabilidade dos estados, estão agora entregues aos municípios, que não têm se beneficiado de aumento correspondente na arrecadação tributária. Ele afirmou que os senadores que sempre discursam em favor da causa municipalista têm agora a oportunidade de aprovar uma proposta beneficiando esses entes federativos.

Senadores lamentam morte de Anibal Beça

Os senadores Jefferson Praia (PDT-AM) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) lamentaram a morte do poeta, compositor, teatrólogo e jornalista amazonense Anibal Beça, nascido em Manaus, em 13 de setembro de 1946, e falecido ontem em decorrência de complicações renais e diabetes. Virgílio destacou algumas obras

de autoria de Anibal, enquanto Jefferson Praia lembrou que ele ocupava a cadeira de número 28 da Academia Amazonense de Letras e se destacava tanto na vida contemplativa da inspiração poética quanto no dinamismo de seu papel de grande animador cultural amazonense.



Raimundo Colombo: TCU paralisa apenas cinco obras do PAC

Raimundo Colombo critica Lula por ataques ao TCU

Raimundo Colombo (DEM-SC) criticou o presidente Lula por culpar o TCU pelo atraso nas obras do PAC.

O senador citou pesquisa segundo a qual apenas cinco obras do PAC – ou 0,2% do total – estão paralisadas por indícios de irregularidades constatadas pelo tribunal.

A pesquisa também mostrou, de acordo com o senador, que, em 2007, apenas 1,66% das obras foram paralisadas por determinação do TCU. Cerca de 80% dessas obras, porém, foram paralisadas por culpa do governo, que pagou mais do que deveria, segundo ressaltou Raimundo Colombo.



Roberto Cavalcanti ressaltou importância de programa

Destaque a verba para pesquisas na Antártica

A verba recorde de R\$ 15 milhões para pesquisas no continente antártico foi comemorada por Roberto Cavalcanti (PRB-PB). O valor está previsto no edital do Proantar, lançado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

O senador lembrou a importância das pesquisas na Antártica para a compreensão das mudanças climáticas. Esses estudos, enfatizou, permitem que se compreenda, entre outras coisas, a formação do buraco na camada de ozônio e a implicação das mudanças da biodiversidade da Antártica nos recursos pesqueiros do Brasil.

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, especialistas ressaltam que número de crianças e adolescentes vitimados pelo câncer poderia ser menor no país

Falta de recursos amplia a morte de crianças, diz médico

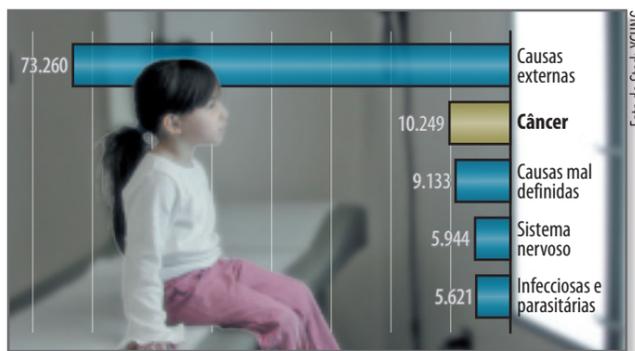
DEZ MIL CRIANÇAS e adolescentes acima de quatro anos morrem de câncer anualmente no Brasil, número que poderia ser bem menor se o governo ampliasse os recursos destinados à compra de medicamentos e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberasse o uso de novas drogas. A afirmação é do presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope), Renato Melaragno. Ele participou ontem de debate promovido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

– Precisamos saber se não há dinheiro ou se não há prioridade – observou ele, lembrando os investimentos que deverão ser feitos para a realização, no Brasil, da Copa do Mundo de 2014.

Ao lamentar as limitações de atendimento a pacientes com câncer pelo sistema público de saúde, Melaragno fez referência ao medicamento usado pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que passa por tratamento contra um linfoma.

Pequenas vítimas do câncer

O câncer infanto-juvenil é a doença responsável pelo maior número de mortes de crianças e jovens de cinco a 18 anos no Brasil



Fonte: Câncer na criança e no adolescente no Brasil (2001-2005) - INCA

– Por acaso a ministra pertence a uma casta superior? – questionou Melaragno, afirmando que o medicamento recebido pela ministra custa R\$ 5 mil, não sendo, portanto, fornecido pelo SUS.

Defasagem

No início da audiência, a presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), lembrou que, na Europa e nos Estados Unidos, o índice de cura do câncer em

crianças é de 77%, contra 50% a 60% no Brasil.

Presente ao debate, o superintendente do Instituto Ronald McDonald, Francisco Neves, elogiou o trabalho que vem sendo feito pelas casas de apoio, em parceria com instituições como o Sobope, o Instituto Nacional do Câncer, a Confederação Nacional das Instituições de Apoio à Criança e ao Adolescente com Câncer e outras que atuam na área.

“Diagnóstico precoce aumenta chances de cura”

Participantes da audiência pública na CAS que discutiu as políticas sociais e de assistência ao câncer infanto-juvenil ressaltaram a importância do diagnóstico precoce para que a cura aconteça sem sequelas. No entanto, observaram que nem todos os brasileiros ainda têm acesso aos exames e tratamento na fase inicial da doença.

Por sugestão do presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, senador Augusto Botelho (PT-RR), a presidente da CAS, Rosalba Ciarlini, prometeu propor ao colegiado a aprovação de emenda da comissão ao Orçamento da União destinando recursos a ações voltadas à saúde das crianças e dos adolescentes. Augusto destacou que a audiência pública vai fornecer subsídios também para a elaboração de propostas legislativas que beneficiem portadores de câncer.



Rosalba Ciarlini preside reunião, ao lado de Renato Melaragno e Rilder Flávio

Ao destacar que “o câncer é democrático”, o representante da Confederação Nacional das Instituições de Apoio à Criança e ao Adolescente com Câncer, Rilder Flávio de Paiva Campos, enfatizou que a doença atinge todas as classes sociais e faixas etárias. Ele defendeu o diagnóstico precoce para que haja melhor tratamento, aumentando a possibilidade de cura.

Rilder observou que a contribuição do Parlamento é fundamental para que a criança, especialmente a carente, possa

se tratar e, simultaneamente, participar de outros processos da vida cotidiana.

Já a médica pediatra e sanitarista Maria Tereza Fonseca da Costa, do Instituto Nacional do Câncer, defendeu a organização de uma rede de oncologia para enfrentar os desafios. Ela destacou que o governo tem implementado políticas contra o câncer infanto-juvenil, mesmo sendo pequeno o percentual de crianças afetadas pela doença em relação à incidência em outras faixas etárias.



Tião Viana: estudo do Ipea demonstra avanço da produtividade

Viana aponta eficiência na administração

Tião Viana (PT-AC) registrou o significativo aumento do índice de produtividade da administração pública, ao comentar estudo intitulado “Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O estudo, informou o senador, analisa a evolução da produtividade da administração pública no Brasil de 1872 até 2008 e demonstra um “avanço consistente” da produtividade do serviço público. Tião Viana ressaltou que o aumento da produtividade no setor público foi maior que no setor privado, segundo a pesquisa.

Exedito: Funai quer criar reserva que índios rejeitam

A Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende criar uma nova reserva indígena para a etnia Uruborã, em Rondônia, que os próprios índios não querem, segundo afirmou ontem Exedito Júnior (PR-RO). Além disso, cerca de 2 mil famílias de agricultores teriam que ser removidas da região.

Exedito disse que na semana passada foi realizada audiência no município de Seringueiras para estudar o assunto, quando o índio Tanadi – que representa a etnia Miguelenos – destacou que os índios não querem mais terras, que não querem brigar com os brancos.



Exedito diz que índio afirmou em audiência ser contra nova área

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cicero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Papaléo Paes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
 Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
 Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Lohbauer (E), Carvalho, Badin, Garibaldi Alves, Valter Pereira e Porfírio na audiência

Citricultura vive grave crise, dizem produtores e exportadores

Representantes de produtores de laranja e exportadores de sucos cítricos afirmaram ontem que o setor atravessa uma de suas piores crises. Os produtores culpam pela turbulência o crescente processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, segundo eles, há mais de 20 anos. Já os exportadores, apesar de admitirem a existência de concentração no setor, atribuem o agravamento da crise, principalmente, à retração do mercado mundial.

O tema foi discutido em audiência pública das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a pedido dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Augusto Botelho (PT-RR).

O presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (Citrus BR), Christian Lohbauer, disse que o preço da laranja industrializada sofreu queda de 17% e há excesso de estoque nos Estados Unidos e na Europa.

Diante desses problemas, Lohbauer sugeriu que o governo federal subsidie o setor em momentos de queda de consumo. Também recomendou uma campanha nacional e internacional para aumentar o consumo da laranja industrializada.

O presidente da Associação Brasileira dos Citricultores (As-

socitrus), Flávio de Carvalho Pinto, explicou que, a partir dos anos 1990, houve cartelização e concentração na citricultura brasileira, com expulsão gradual do mercado de pequenos e médios produtores. Quem saiu lucrando, observou, foram empresas aliadas a duas grandes engarrafadoras: Coca-Cola e Pepsi-Cola.

Concentração

Eduardo Porfírio, da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, salientou que a concentração na citricultura está provocando o empobrecimento dos médios e pequenos produtores. Para ele, as empresas não estão negociando nada e pagam apenas um salário mínimo aos colhedores, que são obrigados a recolher nada menos do que 57 caixas por dia para fazer jus a essa remuneração.

Para Arthur Badin, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), é necessária a adoção de "novos mecanismos de governança" para que o setor seja equilibrado. Ele observou que o segmento deve ser preservado e melhorado, com o objetivo de buscar uma nova ordenação do mercado. E lembrou que o Brasil é o maior produtor de suco de laranja do mundo.

Senadores sugerem diálogo entre citricultores e indústria

Os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Eduardo Suplicy defenderam a criação de uma agenda positiva e a abertura de diálogo entre as partes para que o setor de citricultura seja normalizado. Suplicy chegou a propor a criação de uma câmara de arbitragem para a citricultura, a exemplo do que já ocorre com a cana-de-açúcar. Caberia à câmara, entre outras atribuições, definir as formas de comercialização da laranja e seus derivados.

O presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), exortou os produtores a criarem cooperativas, enquanto Osmar Dias (PDT-PR) salientou que a indústria não reconhece o trabalho dos produtores. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu subvenção oficial para o segmento como forma de garantir emprego, produção e reduzir os preços dos alimentos.

Para Suplicy e Augusto Bote-

lho, a crise na citricultura já dura mais de 15 anos. O principal motivo seria a concentração e a verticalização das empresas, que controlam o processamento, a comercialização e o sistema logístico de distribuição a granel do suco produzido.

Segundo os parlamentares, o marco inicial da crise ocorreu em 1994, quando produtores de laranja ingressaram com uma ação contra 12 empresas processadoras de suco, acusando-as de prática de formação de cartel e imposição de preços na negociação com produtores de laranja.

Foi feito um acordo pelo qual as empresas se comprometeram a não combinar preços e a não trocar informações. Mas o compromisso, conforme observaram os senadores, não foi cumprido, gerando a continuidade da prática de cartelização, com um agravante: as indústrias transferiram as despesas do frete para os produtores.

Comissão aprova projeto que proíbe jogar fora embalagens de produtos veterinários que contenham pesticida, o que pode causar danos para a saúde e o meio ambiente

Recipiente de produto de uso animal terá de ser devolvido

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem regras para o descarte de embalagens vazias de produtos veterinários que contenham pesticidas em sua fórmula, para evitar danos às pessoas e ao meio ambiente. Os compradores ficarão obrigados a devolver as embalagens. E o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento terá de coordenar um sistema, envolvendo fabricantes e revendedores, de recolhimento e destinação final dos recipientes.

O texto original do projeto (PLS 718/07), do senador Gerson Camata (PMDB-ES), estabelece que as embalagens sejam devolvidas pelo comprador ao comerciante que vendeu o produto. No entanto, por entender que os estabelecimentos comerciais não estão preparados para receber as embalagens, o relator, César Borges (PR-BA), sugeriu atribuir ao Ministério da Agricultura a



Gerson Camata, autor da proposta: risco equivalente ao dos agrotóxicos

função de definir as regras finais para o descarte.

O comprador deverá seguir instruções contidas nas bulas ou rótulos para saber como devolver as embalagens vazias, no prazo de até um ano, contado da data da compra do produto, como previsto numa das emendas do relator.

Na justificativa do projeto, Gerson Camata afirma que os produtos de uso veterinário oferecem riscos tanto quanto os

agrotóxicos, que já dispõem de legislação sobre as embalagens vazias há mais de sete anos. Foi também de iniciativa do relator uma alteração que torna obrigatória apenas a devolução das embalagens de produtos veterinários com pesticidas na fórmula, pois, sem isso, até um simples xampu para uso animal poderia ficar sujeito à regra.

César Borges observou que, para os produtos veterinários, também pode ser criada uma instituição com competência específica para receber e descartar as embalagens, como foi feito com sucesso no caso dos defensivos agrícolas. Segundo o senador, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev), de janeiro a novembro de 2008, reciclou ou incinerou mais de 23 mil toneladas de embalagens de defensivos.

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será examinado em caráter terminativo.



Flexa Ribeiro (E), Jefferson Praia, César Borges e Gilberto Goellner participam da reunião da Comissão de Meio Ambiente

Comissões vão discutir sistema de concorrência

A CMA promoverá debate sobre o projeto de lei que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, em conjunto com as comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De acordo com o autor da proposta para realizar a audiência, senador Renato Casagrande (PSB-ES), só recentemente essas comissões foram incluídas na lista das que vão também emitir parecer sobre o projeto (PLC 6/09). Dois debates já foram feitos na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas Casagrande considera que ainda restam dúvidas sobre a matéria.

Também foi aprovado pela CMA requerimento, igualmente de Casagrande, para que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, envie à comissão esclarecimentos sobre dotações orçamentárias destinadas a empreendimentos federais geridos pelo setor privado, por meio de contratos de concessão, como ferrovias e rodovias.

Já o senador César Borges (PR-BA) requer que o Tribunal de Contas da União (TCU) solicite à Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba) informações sobre aditamento de contrato da estatal federal com o setor privado.

Jefferson Praia (PDT-AM) pediu que a comissão convide o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, a falar dos motivos do aumento dos custos do gasoduto Urucu-Manaus. Mas o objetivo foi ampliado, para que ele fale a respeito da política de investimentos na instalação de novos gasodutos.

Acatada autorização para o INSS receber imóvel

Proposta que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a receber de três empresas, como pagamento de dívidas previdenciárias, um imóvel para ser transformado em área de preservação ambiental foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA). O imóvel – localizado no município de Tailândia (PA), com área superior a 33,6 mil hectares – será transferido ao patrimônio da União, mediante compensação financeira ao INSS.

O projeto (PLC 50/06) foi encaminhado ao Congresso pelo presidente da República. Com essa operação, o governo brasileiro avança para cumprir acordo firmado em 1998, em Londres, a fim de converter 10% da Amazônia Legal em área de preservação ambiental. Uma das medidas para atingir esse objetivo é a transferência, à União, de imóveis recebidos pelo INSS em dação em pagamento quando as terras puderem servir como unidades de conservação.

O imóvel foi oferecido pelas empresas Auto Viação Nossa Senhora do Carmo Ltda., Reunidas S.A. – Transportes Coletivos, e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. Na justificativa do projeto, informa-se que, de acordo com avaliação feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a área em Tailândia tem potencial para a criação de floresta nacional, visando à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal.



Sarney recebe Frente Parlamentar pela Igualdade Racial e Comitê Interamericano contra a Discriminação

Sarney defende política de cotas raciais

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem integrantes da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, acompanhados de membros do Comitê Interamericano contra a Discriminação Racial e Xenofobia. No encontro, Sarney defendeu a política de cotas raciais.

– Não poderemos senão através da discriminação positiva alcançar o objetivo maior da igualdade – disse.

O deputado Vicentinho (PT-SP), presidente da Frente Parlamentar, agradeceu a Sarney a dedicação à causa. Vicentinho

lembrou que, durante o governo de Sarney como presidente da República (1985-1990), foi criada a Fundação Cultural Palmares, segundo ele, a primeira estrutura de Estado destinada à preservação das manifestações afro-brasileiras.

Bill Lucy, representante dos Estados Unidos e porta-voz do Comitê Interamericano, expressou a importância do Brasil na luta pela igualdade no mundo. Em sua avaliação, o país tem progredido de forma notável no combate à discriminação de uma forma geral.

Criação da Universidade da Fronteira Sul é aprovada

Comissão de Educação acolhe terminativamente proposta do Poder Executivo que cria instituição federal com cinco *campi*, espalhados pelos três estados da Região Sul

PROPOSTA QUE DETERMINA a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A instituição terá sede em Chapecó (SC) e contará com cinco *campi* – um na cidade-sede e outros em Cerro Largo (RS), Erechim (RS), Laranjeira do Sul (PR) e Realeza (PR).

O projeto (PLC 152/09) de iniciativa do Poder Executivo foi acatado em decisão terminativa. A aprovação foi celebrada, na comissão, por prefeitos de várias cidades dos três estados beneficiados, presentes à votação.

As aulas deverão ter início em 2010, segundo a relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), mesmo que os novos prédios não estejam prontos. De acordo com a senadora, pelo menos 10 mil alunos serão matriculados na nova universidade.

A criação da universidade vai atrair desenvolvimento para a região – disse Ideli, ao lembrar que 396 municípios dos três estados encontram-se na área de influência da nova unidade de ensino.

Ao apoiar o projeto, Neuto de Conto (PMDB-SC) observou

que a região onde se encontra a nova universidade estará em uma região conhecida como grande complexo agroindustrial.

Ensino médio

Por sua vez, Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou ser da oposição, mas disse reconhecer os “feitos favoráveis” do governo, como a criação da nova universidade.

Marisa Serrano (PSDB-MS) votou a favor do projeto, mas alertou para a necessidade de se garantirem maiores investimentos para o ensino médio.



Arns (E) preside reunião da CE que acolheu projeto para que o crédito estudantil receba as mesmas condições da dívida rural

Escola de ensino médio ofertará pré-vestibular

A Comissão de Educação aprovou outros quatro projetos em decisão terminativa. O primeiro deles estabelece que os estabelecimentos públicos de ensino médio ofertarão cursos pré-vestibulares gratuitos, desde que esteja atendida, no município beneficiado, a demanda por cursos regulares de ensino médio. O PLS 70/09, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), teve Efraim Moraes (DEM-PB) como relator.

O segundo projeto aprovado (PLS 118/04) assegura a realização de aulas presenciais em cursos de educação a distância, destinadas a avaliações de estudantes e defesas de trabalhos de conclusão de curso, entre outras finalidades. O relator foi Marco Maciel (DEM-PE).

Já o PLS 403/07 institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica, para docentes de escolas públicas e privadas. A relatora foi Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

O último projeto acatado foi o PLS 141/09, de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e relatado por Paulo Paim (PT-RS), que autoriza a União a instituir o Programa Nacional de Reforço Escolar na Educação Básica Pública. Foi aprovado ainda requerimento de Kátia Abreu (DEM-TO), para realização de audiência sobre a situação de alunos da Universidade do Tocantins (Unitins), cujos cursos foram descredenciados pelo governo federal.

Regularização de dívida do Fies pode ser facilitada

Para regularizar dívidas contraídas junto ao Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies), os estudantes poderão contar com condições semelhantes às oferecidas pelo governo aos produtores rurais inadimplentes. É o que estabelece projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado ontem pela Comissão de Educação.

A proposta (PLS 8/09) será ainda analisada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), os estudantes que deixam de pagar o financiamento obtido não o fazem por escolha própria, mas por não terem emprego ou renda suficiente para fazê-lo.

Três outros projetos receberam pareceres favoráveis da comissão. O PLS 179/08, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), autoriza o Executivo a criar adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e foi relatado por Romeu Tuma (PTB-SP). O PLC 35/09, que teve Azeredo como relator, obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a colocar à disposição dos clientes a venda de meia-entrada. Foi ainda aprovado o PLC 37/08, que denomina Professor Arthur Fonseca o *campus* de Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos, apesar de contar com parecer contrário do relator, João Pedro (PT-AM).

Papaléo: Estratégia de Defesa exige preparação dos senadores

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou que o Legislativo deverá deliberar em breve sobre a Estratégia Nacional de Defesa, contida em decreto editado pelo Executivo em dezembro. O plano identifica três setores vitais à defesa do país: espacial, cibernético e nuclear. Prevê a modernização dos equipamentos das Forças Armadas e a reorganização da indústria brasileira de defesa, entre outros objetivos.

– É imperativo que nos preparemos adequadamente para analisarmos a estratégia. A perspectiva temporal com que o plano trabalha é de 50 anos, tempo suficiente para haver uma mudança geracional.



Papaléo Paes salienta que plano cobre um período de 50 anos

Papaléo destacou o fato de o plano prever a criação de 28 pelotões especiais de fronteira em terras indígenas, que se juntariam aos 20 já existentes, além de uma unidade de conservação na Amazônia.

Romeu Tuma elogia plano do governo de combate à pirataria

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) elogiou o Plano Nacional de Combate à Pirataria, anunciado recentemente pelo Ministério da Justiça. O plano estabelece ações a serem implantadas até o final de 2012, fortalecendo a parceria com estados e municípios e com entidades representativas do comércio e da indústria.

Tuma afirmou que dificilmente o Brasil, sozinho, conseguirá conter a venda de produtos pirateados e, por isso, o plano prevê acordos com países fronteiriços, inclusive para aumento da fiscalização. Ele voltou a defender sua proposta de criação de uma CPI para investigar a falsificação de medicamentos.

– Chegaram ao absurdo de



Tuma destaca acordos com países vizinhos, previstos no plano

falsificarem produtos usados em exame laboratoriais, o que pode levar pessoas à morte – assinalou.

O senador cumprimentou ainda as forças terrestres pelo transcurso do Dia do Soldado.

Rosalba quer aproveitamento de aprovados em concursos

Os órgãos públicos devem convocar todos os aprovados em concursos públicos que forem classificados dentro do número de vagas previsto no edital do certame, defendeu a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Ela comunicou que vai apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com esse sentido.

– Muitos são aprovados em concursos públicos, mas não são convocados dentro do prazo de validade – afirmou, ressaltando que isso caracteriza “injustiça com os que têm capacidade e competência”.

Para ela, as entidades e os órgãos públicos teriam obrigação de respeitar o número de vagas



Senadora anuncia apresentação de proposta para obrigar a convocação

estipulado nos editais de seus concursos. Rosalba informou que a Câmara Municipal de Natal já aprovou projeto de teor semelhante. Romeu Tuma (PTB-SP) e Lobão Filho (PMDB-MA) apoiaram a iniciativa.